

BOLETIM DE INVESTIMENTOS

ECONOMIA EM ABRIL DE 2025

No 1º trimestre, o PIB dos EUA recuou 0,3% t/t anualizado, com contribuição negativa de 5 p.p. do setor externo, refletindo a antecipação de importações antes da aplicação de tarifas. A demanda doméstica, porém, avançou 3% t/t anualizado, sinalizando resiliência, embora com perspectiva de desaceleração à frente, dada a pressão tarifária e o adiamento de investimentos e contratações.

O mercado de trabalho seguiu firme em abril, com criação de 177 mil vagas, desemprego estável em 4,2% e moderação em salários e renda — sem gerar pressão inflacionária. O impacto do DOGE ainda é limitado, mas incertezas comerciais vêm levando empresas a revisar planos de emprego. A inflação de bens cedeu em março, com tarifas absorvidas parcialmente pelas margens e pela queda do petróleo. A inflação subjacente também desacelerou, especialmente em serviços ex-habituação, mas segue acima da meta em 12 meses.

Diante do choque simultâneo de preços (altista) e atividade (baixista), o Fed manteve postura de espera. No início do mês, Trump pressionou publicamente o presidente da instituição, Jerome Powell, por cortes de juros e cogitou sua substituição, o que gerou a alta nos juros longos. Após reação negativa dos mercados, a Casa Branca recuou.

Após tarifas recíprocas em 2 de abril, a reação adversa dos mercados levou o governo a anunciar, em 9 de abril, uma pausa de 90 dias para negociações — com foco em Índia, Japão, Coreia do Sul e possivelmente China. Nesse período, vigora tarifa universal de 10%, exceto sobre importações chinesas. Acreditamos que a mudança de postura foi motivada por pressões do setor privado e pela queda na popularidade do governo. O recuo parcial, com moderação nas tarifas sobre o setor automotivo, reduziu o risco imediato de escalada comercial e recessão, mas a cautela para o segundo semestre se mantém diante dos impactos já perceptíveis na produção e na confiança.

Os efeitos das políticas tarifárias e imigratórias dos EUA, o controle nos gastos públicos e a continuidade da política monetária restritiva, continuam a ser pontos cruciais no cenário local. A novidade é a perspectiva de impactos desinflacionários oriundos do aumento das tarifas de importação dos EUA. Apesar disso, o cenário segue de muita incerteza, marcado por inflação corrente elevada, dispersão nas expectativas e fragilidade fiscal. A desancoragem das expectativas de inflação — agora próximas ao teto da meta e com maior dispersão — exige postura mais cautelosa da autoridade monetária.

A atividade econômica começa a dar sinais de desaceleração, com a perda de fôlego no consumo das famílias. Apesar disso, o mercado de trabalho segue resiliente. No crédito, o alívio proporcionado pela migração de dívidas para a nova linha de consignado privado pode gerar alívio do comprometimento de renda das famílias, mas o impacto sobre a demanda agregada segue incerto.

No plano fiscal, a ausência de sinais de consolidação estrutural continua a alimentar dúvidas sobre a sustentabilidade da dívida e a efetividade da política monetária. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2026 foi enviada para o Congresso mantendo a trajetória de meta de superávit primário, mas as previsões de crescimento econômico acima do consenso e subestimação do crescimento dos gastos, mantêm o ceticismo do mercado em relação a meta.

ÍNDICES	MÊS	ANO
CDI (ATIVO LIVRE DE RISCO)	1,06%	4,07%
TÍTULOS PÚBLICOS PÓS-FIXADOS (TESOURO SELIC OU LFT)	1,05%	4,17%
IDA-DI (CRÉDITO PRIVADO)	0,59%	5,42%
TÍTULOS PÚBLICOS INDEXADOS À INFLAÇÃO (TESOURO IPCA OU NTN-B)	2,09%	5,62%
TÍTULOS PÚBLICOS PREFIXADOS (TESOURO PREFIXADO NTN-F E LTN)	2,99%	7,76%
IBOVESPA (AÇÕES BRASIL)	3,69%	12,29%
MSCI WORLD (AÇÕES GLOBAIS)	0,74%	-1,41%
NASDAQ (AÇÕES EUA COM FOCO EM TECNOLOGIA)	0,85%	-9,65%
S&P 500 (AÇÕES EUA)	-0,76%	-5,31%
DÓLAR	-1,42%	-8,58%